

11 DEZ 2015

FOLHA DE S. PAULO

Ministros do STF querem decisão célere

Luiz Fachin diz não ser conveniente aditar julgamento do rito do impeachment previsto para a próxima quarta

Gilmar Mendes defende que o tribunal seja cauteloso e deixe a análise do tema para o Congresso Nacional

MÁRCIO FALCÃO
VALDO CRUZ
DE BRASÍLIA

Ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) defenderam nesta quinta-feira (10) que o tribunal tenha uma atuação discreta e célere na análise de ações que questionam o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

O Supremo discute na quarta (16) ação apresentada pelo PC do B, na qual o partido questiona o rito do impeachment em tramitação.

Os ministros avaliarão ainda a decisão provisória (liminar) de Luiz Edson Fachin que paralisou o processo na Câmara até o julgamento. O ministro interrompeu instalação da comissão especial que irá analisar o pedido — formada por maioria oposicionista em uma votação secreta—, e suspendeu todos os prazos.

Diante da possibilidade de que alguém interrompa o julgamento com um pedido de vista, o que jogaria uma definição sobre o caso para 2016, ministros começaram a discutir alternativas para garantir uma breve resposta da corte.

Relator do caso, Fachin apontou que deve disponibilizar para seus colegas um esboço do voto que pretende submeter ao plenário. “Não é conveniente postergar esse julgamento e não precisa. A situa-

ção é grave, mas não tão complexa que não se possa decidir na quarta-feira”, afirmou.

O ministro Luís Roberto Barroso também defendeu uma análise célere. “O Supremo deve tirar esse problema do seu colo o mais rapidamente possível, definir as regras do jogo e devolver para a política onde essa matéria deve ser definida”, disse.

Para Barroso, a insegurança quanto ao rito faria mal ao país. “Não acho que o Supremo possa criá-las ou inventá-las [as regras]. O Supremo pode e deve fazer é sistematizar o que está na Constituição”.

O ministro Gilmar Mendes adotou um discurso mais cauteloso quanto a pressa do Supremo para definir as ações do impeachment. Ele defende que o STF precisa ser “cauteloso” e deixar a questão para o Congresso.

Segundo o ministro, o STF deve “ter muito cuidado na intervenção nesse tipo de matéria, para não virarmos uma casa de suplicação geral. Os temas têm que ser encaminhados no âmbito do Congresso. O tema é centralmente político e precisa assim ser tratado. Assim foi no caso do [ex-presidente Fernando] Collor”, disse.

OAB condena manobras de peemedebista

O presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Marcus Vinicius Furtado Coêlho, condenou as manobras que levaram à troca, no Conselho de Ética da Câmara, do relator do processo de cassação do presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e ao adiamento da votação da abertura do pedido.

Na quarta (9), Cunha usou o vice-presidente da Câmara, Waldir Maranhão (PP-MA), para obter decisão da mesa diretora que destituiu o relator Fausto Pinato (PRB-SP). Isso adiou mais uma vez a votação da abertura do processo, prevista para o mesmo dia.

“Atitudes como a substituição do relator do processo contra o deputado Eduardo Cunha em nada contribuem para o esclarecimento das suspeitas que recaem contra ele”, afirmou Coêlho, em nota.

Segundo ele, a OAB está pronta para ingressar no STF (Supremo Tribunal Federal) com uma ação para garantir o funcionamento do Conselho de Ética se entender que o procedimento é necessário.

“O Colégio de Presidentes das seccionais da OAB já se manifestou no sentido de que há motivos para o mandato de Eduardo Cunha ser cassado, respeitado o devido processo legal e a ampla defesa.”

11 DEZ 2015

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

Impeachment e monarquia

SÃO PAULO - Não tenho convicção de que o impeachment de Dilma Rousseff seja mesmo o melhor para o Brasil, mas é preciso torcer muito a linguagem para classificá-lo como um golpe, a exemplo do que vêm fazendo lideranças governistas.

Se tomarmos o significado mais usual de golpe em política, que é o de ruptura institucional, o discurso oficial se torna uma contradição nos termos, já que a utilização de um mecanismo previsto na Carta não pode, por definição, ser qualificado como descontinuidade constitucional.

É possível que os governistas estejam utilizando o termo golpe num sentido mais fraco, de manobra desleal, pois não há prova de que a presidente esteja pessoalmente envolvida nos esquemas de corrupção que deflagraram a crise. De fato, não há, mas ninguém está acusando Dilma de ter cometido delitos penais. Se fosse este o caso, o julgamento ocorreria no STF e não no Senado, após aceitação do processo pela Câmara.

Parece forçosa, portanto, a conclusão de que o impeachment é primordialmente um julgamento político, não sendo tão relevante o pretexto sob o qual ocorre. Aí, poderíamos falar em golpe — e num sentido ainda mais fraco — se as regras fossem tão draconianas que não dessem à presidente nenhuma possibilidade de defender-se e escapar das acusações. De novo, não é o caso.

A Constituição, ao exigir maioria de 2/3 dos deputados para a abertura do processo e 2/3 dos senadores para a condenação, chega perto de blindar o presidente. A proteção ao mandatário é maior do que a que a Carta reserva para si mesma, ao estipular maioria de 3/5 para a aprovação de emendas constitucionais. Ou seja, é mais fácil reunir parlamentares em número suficiente para transformar o Brasil numa monarquia constitucional do que para afastar Dilma.

O impeachment pode até revelar-se uma má escolha para o país, mas se vier a ocorrer, é porque se formou o consenso de que ela deve sair.

FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

Esperando Janot

BRASÍLIA - O plenário da Câmara estava praticamente vazio, às 9h20 desta quinta, quando Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) pediu a palavra para um discurso de improviso.

“A Câmara não pode mais conviver com episódios como o de ontem, sobretudo no Conselho de Ética. O que ocorreu foi uma verdadeira excrescência, uma imoralidade, uma indecência, um escárnio”, disse.

O peemedebista se referia à manobra que afastou o relator Fausto Pinato (PRB-SP) no dia em que o Conselho votaria a abertura de processo contra o presidente da Câmara. Pinato já havia relatado uma ameaça de morte após divulgar seu parecer.

“Não podemos ficar calados diante disso. A nação inteira quer a saída do deputado Eduardo Cunha, porque se ele não reúne condições para presidir esta Casa e muito menos de conduzir um eventual episódio de impeachment”, prosseguiu Jarbas.

“Ele fez e faz chantagem. Chantageou a oposição. Chantageou o PT. Chantageou a presidente da República”, afirmou o deputado.

Jarbas não pode ser acusado de governismo. Dissidente no PMDB, apoiou o tucano Aécio Neves em 2014 e é um dos maiores defensores do impeachment de Dilma Rousseff.

O peemedebista terminou o discurso às 9h23. Em menos de 40 minutos, o Conselho de Ética voltaria a produzir cenas vexatórias. Dois deputados trocaram tapas, um a favor e outro contra o presidente da Câmara.

Os ânimos se exaltaram porque a tropa de Cunha havia iniciado outra manobra para blindá-lo. Um dia depois da derrubada do relator, o deputado Carlos Marun (PMDB-MS) pediu o afastamento do presidente do conselho, José Carlos Araújo (PSD-BA).

Denunciado por corrupção há quase quatro meses, Cunha já demonstrou que é capaz de tudo para obstruir o processo no Conselho de Ética. Só será parado se o procurador Rodrigo Janot pedir a intervenção do Supremo Tribunal Federal. “Até agora a PGR não se pronuncia sobre esse escárnio”, cobrou Jarbas.

11 DEZ 2015

11 DEZ 2015

FOLHA DE S. PAULO

Voz das ruas vai derrotar o impeachment

CARINA VITRAL

A UNE é contra a proposta de impeachment por reconhecer no processo a rele motivação de vingança de Cunha, alvo de denúncias de corrupção

Haverá uma grande reação da sociedade civil, dos movimentos sociais e das diversas forças democráticas do Brasil se avançar a proposta chantagista de impedimento da presidente Dilma Rousseff, protocolada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha.

A mesma postura terão os estudantes. Não há como esperar algo diferente da UNE, que ao longo de 80 anos sempre esteve ao lado do interesse nacional, da soberania do país e da luta contra todas as formas de golpe e autoritarismo.

Ao contrário do que previu delirantemente nesta **Folha** o líder fake Kim Kataguirí, coordenador do Movimento Brasil Livre (MBL), as ruas não causarão o impeachment da presidente, mas, na verdade, derrotarão a movimentação baseada em farsas políticas e pouco respeito à normalidade institucional tão dolorosamente conquistada ao longo das últimas décadas.

No Brasil, a voz das ruas cisma de estar é do lado correto do jogo, a favor da democracia e da garantia dos direitos, no caminho dos avanços e não do retrocesso.

Talvez Kim Kataguirí e outros arremedados de liderança congêneres não o saibam porque se mobilizam apenas a favor de seus próprios interesses —ou daquilo que interessa a seus obscuros financiadores.

Onde estava Kataguirí quando mais de 200 escolas de São Paulo foram ocupadas na bravíssima batalha dos estudantes pela educação pública e contra o fechamento das instituições de ensino? Onde estava o MBL na primavera das mulheres pela liberdade, contra o machismo e a violência de gênero?

Aliás, onde estão as representantes femininas desses pseudomovimentos? Não são eles que representam os trabalhadores, os negros, a

população rural, indígena e muito menos a juventude.

A UNE não respeita a proposta de impeachment por desconhecer sua base legal e por reconhecer no processo a rele motivação de vingança de um parlamentar imerso até o pescoço em denúncias de corrupção.

O movimento estudantil está, na verdade, totalmente empenhado na campanha "Fora Cunha!", reconhecendo nele um grande inimigo das conquistas sociais do país e da população mais desfavorecida.

A campanha contra a redução da maioria penal, o levante feminista e os estudantes mostraram o caminho e compreendem que o presidente da Câmara representa o que há de pior e de mais asqueroso na política nacional.

Há aqueles que tentam traçar paralelo entre o processo de impeachment contra Fernando Collor e a presidente Dilma, nunca acusada de absolutamente nada.

O cenário, no entanto, parece muito mais o de 1964 do que o de 1992. A rapinagem dos que desejam derrubar a república não difere tanto daquela promovida pelos golpistas que depuseram João Goulart.

O resultado dessa ação foi a ditadura que manchou a história do Brasil, cassou as liberdades civis, perseguiu, torturou e matou aqueles que pensavam diferente, em grande parte jovens e estudantes.

Coube ao movimento estudantil resistir, ser um dos protagonistas da luta contra o regime, pela reconstrução institucional do país.

Procure pela democracia e nos encontrará. Procure pela afirmação dos direitos, pela luta a favor da educação brasileira, e nos encontrará. Procure pela transformação da sociedade, pelo combate às injustiças, pelo apoio aos que mais precisam, e nos encontrará.

A UNE tem lado. Procure pelo golpe, pela chantagem e pela mentira daqueles que não gostam das regras do jogo e estaremos sempre na direção oposta. As ruas derrotarão o impeachment. A começar pelo próximo dia 16 de dezembro, data em que os movimentos sociais tomarão as ruas contra o golpe, em defesa da democracia e do Brasil.

CARINA VITRAL, 27, é estudante de economia da PUC - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e presidente da UNE - União Nacional dos Estudantes

1 1 DEZ 2015

FOLHA DE S. PAULO

Governo libera verba, e TSE garante urnas eletrônicas em 2016

Corte diminuiu em R\$ 268 milhões, valor que permite, segundo o tribunal, a aquisição de novos dispositivos

Em audiência, ministros manifestaram preocupação com eventual crescimento do caixa 2 nas campanhas

DE BRASÍLIA

Depois de ameaçar retomar votos em cédulas de papel, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) informou nesta quinta-feira (10) que o uso de urnas eletrônicas nas eleições municipais de 2016 está garantido.

Segundo o tribunal, os Ministérios do Planejamento e da Fazenda enviaram ao Congresso relatório com reestimativas de receitas e despesas que garantem recursos para a eleição eletrônica, diminuindo o contingenciamento previsto para o orçamento da Justiça Eleitoral.

Com a revisão, o corte passou de R\$ 428,7 milhões para R\$ 161 milhões.

Por causa das eleições, a Justiça tem gastos extras, como a compra de novas urnas, a instalação de programas eletrônicos, segurança dos equipamentos, entre outras medidas para garantir a inviolabilidade do sistema.

O TSE apontou, por exemplo, que já estava em andamento a aquisição de urnas eletrônicas, com previsão de despesas de R\$ 200 milhões.

Para pressionar por mais recursos para a Justiça Eleitoral, os presidentes de tribunais superiores chegaram a assinar uma portaria afirmando que o contingenciamento "inviabiliza as eleições de 2016 por meio eletrônico".

CAIXA DOIS

Em audiência do TSE, nesta quinta, os ministros da corte demonstraram preocupação com eventuais "alternativas" que os políticos adotem para dar fôlego a suas campanhas nas eleições de 2016, já que o financiamento por empresas foi banido.

Eles cobraram uma atuação forte do Ministério Público Eleitoral para coibir irregularidades. O presidente do TSE, Dias Toffoli, afirmou que, em todo o mundo, há temor de que dinheiro de organizações criminosas abasteça candidaturas.

"Em toda a América Latina e no mundo ocidental, uma das maiores preocupações é o dinheiro de organizações criminosas e narcotráfico nas

eleições. É importante estar atento a isso porque, com a proibição a empresas, o mundo real procura suas alternativas", disse. "Não podemos deixar de reconhecer [isso]."

"É como a água da chuva, que procura saída. As eleições municipais são aquelas com disputas mais remidas, mais difíceis em que qualquer centavo pesa muito", completou.

Vice-presidente do TSE, Gilmar Mendes afirmou que o receio é que o novo sistema infle a prática de caixa dois. Toffoli completou: "caixa três, caixa quatro".

"Temos que tomar todos os cuidados com a fiscalização porque o pior que podemos ter é uma legislação claramente simbólica", disse Mendes.

O Supremo derrubou a possibilidade de doações de empresas a campanhas em setembro deste ano. As eleições passarão a ser bancadas por pessoas físicas, autorizadas a repassar até 10% dos rendimentos do ano anterior, e pelo fundo partidário.

O TSE deve aprovar, na próxima semana, tetos para as campanhas. A expectativa é que o valor para os candidatos a vereador seja de R\$ 10 mil e a prefeito, de R\$ 100 mil.

1 1 DEZ 2015

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Caminho das pedras

Ministros do Supremo começam a defender uma tese para afastar Eduardo Cunha da presidência da Câmara. Pela argumento de parte da corte, as manobras regimentais do dirigente obstruem, sim, as investigações. “Uma pessoa que usa o cargo para impedir sua cassação o faz para manter o foro privilegiado. Assim, pode escolher o tribunal que o julga, o juiz que o julga e ter direito a regime jurídico especial, como só ser preso em caso de flagrante”, diz um interessado na saída.

Bangu Segundo essa análise, André Esteves teve sua prisão preventiva decretada para não prejudicar a apuração da Lava Jato.

Minimí Uma outra ala da corte, porém, ainda não vê argumento jurídico para tal por se tratar de “questão interna, disciplinar” da Câmara. “Isso aqui não é a casa da suplicação geral”, diz um ministro contrário à ideia de interferir no processo da Câmara.

Pompa Magistrados afirmam que o STF precisa ser “provocado por alguém legítimo”, dando a entender que seria preciso uma instituição de peso como patrocinador do pedido de afastamento.

Escaldado A defesa de Cunha conta com decisões do Supremo — como a que determinou que a responsabilidade da troca do relator no Conselho de Ética era da própria Câmara — para tentar tirar força da tese em curso.

STF nega habeas corpus que tentava suspender júri de Carli Filho

11 DEZ 2015

Naiady Piva e Diego Ribeiro

● O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes negou na quinta-feira (10) pedido de suspensão do júri popular do ex-deputado Luiz Fernando Ribas Carli Filho. Ele é acusado de matar dois jovens em um acidente de trânsito em 2009. O *habeas corpus*, de 30 de novembro, pedia para que o júri não ocorresse enquanto o STF não julgasse um recurso extraordinário com agravo impetrado pela defesa. Além disso, argumentava que o julgamento não poderia ocorrer enquanto for mantida a menção ao teor alcoólico de Carli no texto da denúncia do Ministério Público e na pronúncia da 2.ª Vara do Tribunal do Júri de Curitiba.

A decisão já aparece no sistema do STF como “negado seguimento”. É o terceiro recurso que o ex-parlamentar perde sobre o tema. Já havia perdido recursos por duas vezes no Superior Tribunal de Justiça (STJ). O advogado Vicente Bonfim, do escritório do assistente de acusação do caso Elias Mattar Assad, confirmou que Mendes negou o recurso, mas disse que ainda não teve acesso aos motivos que levaram o ministro a essa decisão.

A defesa de Carli foi surpreendida com a notícia. O advogado Gustavo Scandelari disse que ainda não é possível fazer uma avaliação, pois o sistema do tribunal só informa que o seguimento do *habeas corpus* foi negado. Tecnicamente, cabe recurso da decisão de Mendes. Mas a defesa só vai definir se insiste neste instrumento “após conhecer os fundamentos da decisão”.

1 1 DEZ 2015

GAZETA DO POVO

Pedido de vista no STF ameaça deixar para 2016 a análise do impeachment

● O ministro Luiz Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse na quinta-feira (10) esperar que o debate na Corte sobre o trâmite do impeachment da presidente Dilma Rousseff comece e termine no próximo dia 16, sem pedidos de vista. "O Supremo deve essa resposta à sociedade brasileira", diz. "Vou fazer todo o esforço para que o tema comece e acabe na quarta. O Supremo precisa fazer isso e, se depender de mim, assim será. Não é conveniente postergar esse julgamento e não precisa. A situação é grave, mas não tão complexa."

Na quarta-feira (16), o plenário do STF vai discutir uma ação que questiona o rito que deve ser obedecido pelo Congresso no processo de impedimento da presidente. Fachin é o relator do caso e suspendeu, na terça (8), a tramitação do impeachment até que o plenário da Corte decida a questão.

O ministro do STF Gilmar Mendes indicou que pode pedir vista. A possibilidade existe porque, além de decidir se a eleição da comissão do impeachment da Câmara seguiu trâmites legais, Fachin quer propor regras para todo o rito de cassação de Dilma. Se houver pedido de vista, o processo de impeachment só volta a tramitar em 2016, pois o recesso judiciário começa no dia 18.



“Não é conveniente postergar esse julgamento e não precisa.”

Luiz Edson Fachin, ministro do STF.

11 DEZ 2015

GAZETA DO POVO

Cunha manobra, mas não cai porque STF está de mãos atadas

Por ser questão política, decoro parlamentar foge ao das competências do Judiciário, dizem especialistas. Além disso, tudo o que o deputado faz está previsto no regimento

| Chico Marés

● A interferência do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), no processo que tramita contra ele no Conselho de Ética da Casa é nítida. Desde 19 de novembro, o colegiado tenta analisar a admissibilidade do pedido de cassação de Cunha, mas manobras regimentais e políticas evitam a votação. Entretanto, isso não deve resultar em seu afastamento da presidência da Casa. Para especialistas em Direito Constitucional consultados pela reportagem da Gazeta, o Supremo Tribunal Federal (STF) não teria competência para agir nesse caso.

Mesmo assim, opositores de Cunha tentam afastá-lo pela via jurídica. PSol e Rede apresentaram, na quarta-feira (9), um pedido de afastamento cautelar à Procuradoria Geral da República (PGR). Caso considere o pedido procedente, a PGR pode acionar o STF para agir. Além disso, na

quinta-feira (10), o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinícius Coelho, declarou que a instituição tem uma ação pronta para ingressar no STF visando a garantir o funcionamento do Conselho.

Mas eventuais ações contra Cunha, por esse motivo específico, não devem prosperar. Presidente do Conselho da Academia Brasileira de Direito Constitucional, Flávio Pansieri avalia que a análise do decoro parlamentar é uma questão exclusivamente política, e não jurídica. Assim, desde que o regimento da Câmara seja respeitado, trata-se de uma questão interna da Casa. “O STF não tem legitimidade nem competência para afastá-lo neste caso”, afirma.

Egon Bockmann, professor de Direito Constitucional da UFPR, diz que o STF não pode impedir que Cunha desempenhe sua função principal, de presidir o processo Legislativo, mesmo que esteja interferindo indevidamente em uma questão administrativa da Câmara — no caso, um processo disciplinar. “Seria uma interferência muito forte de um poder [Judiciário] sobre as competências do outro [Legislativo]”, afirma.

Além disso, a interferência de Cunha, na maioria dos casos, não foi direta — o que dificulta a caracterização de que ele manobrou o

processo. Quando o primeiro relator, Fausto Pinato (PRB-SP), foi afastado do caso, o responsável oficial por isso foi o vice-presidente da Câmara, Waldir Maranhão (PP-MA). Além disso, foram seus aliados, e não o próprio Cunha, que tumultuaram as sessões do Conselho de Ética e impediram que o processo se iniciasse.

CONTINUA

11 DEZ 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Governadores do PSDB fecham apoio ao impeachment de Dilma

BRASILIA

Agência O Globo

● Sob o comando do presidente de honra do PSDB, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, os seis governadores do partido (incluindo Beto Richa), o presidente nacional da sigla, Aécio Neves (MG), e líderes das bancadas da Câmara e do Senado definiram uma posição conjunta em apoio ao processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

A reunião foi realizada, segundo Aécio, para unificar o discurso e estratégias sobre o papel do PSDB a respeito dos movimentos de rua, no Congresso, no Supremo Tribunal Federal e na Justiça Eleitoral. FHC afirmou que há razões jurídicas para o impeachment. "A presidente desrespeitou reiteradamente a Lei de Responsabilidade Fiscal", disse.



Richa: posição foi unânime.

11 DEZ 2015

GAZETA DO POVO

MP de Minas entra na Justiça contra Vale, Samarco e BHP Billiton

● A Promotoria de Justiça da Comarca de Mariana, em Minas Gerais, entrou na quinta-feira (10) com uma ação civil pública contra a mineradora Samarco e suas donas Vale e a BHP Billiton para garantir o cumprimento de todos os direitos das vítimas afetadas pelo rompimento da barragem de Fundão, em 5 de novembro. A ação é destinada a atender tanto direitos emergenciais, como o auxílio mensal às famílias atingidas, como definitivos, o que incluiria novas residências para todos.

A Promotoria informou que tomou tal decisão porque viu que as recomendações do MP de Minas foram cumpridas de forma "ineficiente" pela Samarco. Também explicou que resolveu acionar as controladoras da empresa porque, conforme depoimentos prestados por engenheiros da própria Samarco, há provas de que a Vale também utilizava a barragem para depósito de rejeitos e de que a BHP lucrou com o uso indevido da barragem, tornando-se corresponsável nos termos da chamada "teoria do risco-proveito."

Governo libera verba, e TSE garante urnas eletrônicas

● Depois de ameaçar retomar votos em cédulas de papel, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) informou na quinta-feira (10) que o uso de urnas eletrônicas nas eleições municipais de 2016 está garantido.

Segundo o tribunal, os ministérios do Planejamento e da Fazenda enviaram ao Congresso relatório com reestimativas de receitas e despesas que garantem recursos para a eleição eletrônica, diminuindo o contingenciamento previsto ao orçamento da Justiça Eleitoral. Com a revisão, o corte passou de R\$ 428,7 milhões para R\$ 161 milhões.

Por causa das eleições, a Justiça tem gastos extras, como a compra de novas urnas, a instalação de programas eletrônicos, segurança dos equipamentos, entre outras medidas. O TSE apontou que já estava em andamento a aquisição de urnas eletrônicas, com despesas de R\$ 200 milhões.

PRESSÃO DO JUDICIÁRIO

Para pressionar o governo federal por mais recursos para a Justiça Eleitoral, os presidentes de tribunais superiores do país chegaram a assinar uma portaria afirmando que o contingenciamento no orçamento inviabilizaria as eleições de 2016 por meio eletrônico.

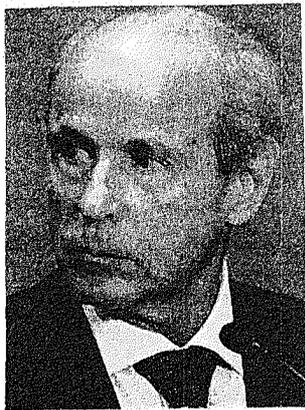
1 1 DEZ 2015

GAZETA DO POVO

LAVAJATO

STJ nega 3 pedidos de liberdade e adia decisão sobre Odebrecht

● A 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou dar habeas corpus ao empreiteiro **Otávio Marques de Azevedo (foto)**, da Andrade Gutierrez. A decisão foi por 4 votos a 1. Ele é acusado de envolvimento no esquema de corrupção investigado pela Lava Jato. Só Ribeiro Dantas, relator da Lava Jato no STJ, votou a favor da liberdade. Também foram negados os habeas corpus pedidos por Elton Negrão, executivo da Andrade Gutierrez, e Ricardo Hoffman, publicitário. A 5ª Turma suspendeu o julgamento da soltura de Rogério Araújo, ex-diretor da Odebrecht. Ele já conta com um voto a favor, de Ribeiro Dantas. O julgamento do empreiteiro Marcelo Odebrecht deve ocorrer na próxima terça (15).



1 1 DEZ 2015

FOLHA DE LONDRINA

Ministros defendem atuação discreta no impeachment

**Objetivo é que Supremo faça
uma análise célere das ações
que questionam impedimento
da presidente Dilma Rousseff**

Márcio Falcão e
Valdo Cruz
Folhapress

Brasília - Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) defenderam ontem que o tribunal tenha uma atuação discreta e célere na análise de ações que questionam o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff no Congresso. Integrantes da corte disseram que não cabe inovação sobre o rito do pedido de afastamento da petista e que a ideia é apenas garantir a regra do jogo. O Supremo discute na quarta-feira uma ação apresentada pelo PC do B. O partido pede que o Supremo declare quais trechos da Lei do Impeachment (lei 1.079, de 1950), que tratam de crimes de responsabilidade, estão ou não de acordo com a Constituição, além de que defina lacunas sobre o trâmite no Congresso.

Os ministros avaliarão ainda a decisão provisória (liminar) de Luiz Edson Fachin que paralisou o processo na Câmara até o julgamento. O ministro interrompeu instalação da comissão especial que irá analisar o pedido - formada por maioria opositora em uma votação secreta -, e suspendeu todos os prazos. Diante da possibilidade de que alguém interrompa o julgamento com um pedido de vista, o que jogaria uma definição sobre o impeachment para 2016, ministros começaram a discutir alternativas para garantir uma breve resposta da corte.

Relator do caso, Fachin apontou que deve disponibilizar para seus colegas um esboço do voto que pretende submeter ao plenário. O ministro tem ponderado ainda que a validade de sua liminar é até o julgamento, portanto, seria preciso que os 11 ministros construíssem um novo entendimento sobre o caso.

“Eu acho que o Supremo deve essa resposta à sociedade brasileira. Espero que o debate comece e a decisão acabe na quarta-feira. Eu vou fazer todo o esforço para a que o tema comece e acabe na quarta. O Supremo precisa fazer isso e se depender de mim, assim será”, disse.

“Não é conveniente postergar esse julgamento e não precisa. A situação é grave, mas não tão complexa que não se possa decidir na quarta-feira”, completou. O ministro Luís Roberto Barroso também defendeu uma análise célere.

CONTINUA

1 1 DEZ 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

“O Supremo deve tirar esse problema do seu colo o mais rapidamente possível, definir as regras do jogo e devolver para a política, onde essa matéria deve ser definida”, disse. Para Barroso, a insegurança quanto ao rito faria mal ao país. “Não acho que o Supremo possa criá-las ou inventá-las [as regras]. O que o Supremo pode e deve fazer é sistematizar o que está na Constituição, na lei específica que rege a matéria [impeachment], definir, como a lei é de 1950 o que está em vigor ou não, as normas válidas do regimento das Casas do Congresso. Não é criar ou inventar. É sistematizar à luz da Constituição”, afirmou.

O ministro Gilmar Mendes adotou um discurso mais cauteloso quanto a pressa do Supremo para definir as ações do impeachment. Ele, no entanto, defende que o STF precisa ser “cauteloso” e deixar a questão para o Congresso. Gilmar disse que, em princípio, não considera “tarefa da corte editar normas” do processo de deposição. Segundo o ministro, o STF deve “ter muito cuidado na intervenção nesse tipo de matéria, para não virarmos uma casa de suplicação geral. Os temas têm que ser encaminhados no âmbito do Congresso. O tema é centralmente político e precisa assim ser tratado. Assim foi no caso do [ex-presidente Fernando] Collor”, disse. Gilmar disse que cabe ao Supremo tratar de questões constitucionais.

1 1 DEZ 2015

FOLHA DE LONDRINA

Governo libera verba e TSE garante urna eletrônica

Márcio Falcão

Folhapress

Brasília - Depois de ameaçar retomar votos em cédulas de papel, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) informou ontem que o uso de urnas eletrônicas nas eleições municipais de 2016 está garantido. Segundo o tribunal, os ministérios do Planejamento e da Fazenda já enviaram ao Congresso relatório com estimativas de receitas e despesas que garantem recursos para a eleição eletrônica, diminuindo o contingenciamento previsto para o orçamento da Justiça Eleitoral. Com a revisão, o corte passou de R\$ 428,7 milhões para R\$ 161 milhões.

Por causa das eleições, a Justiça Eleitoral tem gastos extras como compra de novas urnas, instalação de programas eletrônicos, segurança dos equipamentos, entre outras medidas para garantir a inviolabilidade do sistema. O TSE apontou, por exemplo, que já estava em andamento processo de aquisição de urnas eletrônicas, com processo licitatório prevendo despesa estimada em R\$ 200 milhões.

11 DEZ 2015

BEMPARANÁ

Impeachment

Fachin prevê decisão no dia 16

O ministro Luiz Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), espera que o debate sobre o trâmite do impeachment da presidente Dilma Rousseff comece e termine no próximo dia 16 na Corte, sem pedidos de vista. "O Supremo deve essa resposta à sociedade brasileira", afirmou o ministro ontem.

"Vou fazer todo o esforço para que o tema comece e acabe na quarta. O Supremo precisa fazer isso e, se depender de mim, assim será. Não é conveniente postergar esse julgamento e não precisa. A situação é grave, mas não tão complexa que não se possa decidir na quarta-feira", completou Fachin.

Na próxima quarta-feira, o plenário do tribunal vai discutir uma ação que questiona o rito que deve ser obedecido pelo Congresso no processo de impedimento da presidente. Fachin é o relator do caso e suspendeu, na última terça-feira, a tramitação do impeachment até que o plenário da Corte decida as questões.

OAB reage contra "manobras"

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinícius Furtado Coelho, condenou ontem, o que classifica de "manobras protelatórias" no Conselho de Ética da Câmara, em alusão à substituição do relator Fausto Pinato (PRB-SP) do processo disciplinar contra o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) - também alvo de investigação da Procuradoria-Geral da República por suspeita de corrupção no esquema de propinas na Petrobras desmontado na Operação Lava Jato. Ele disse que a entidade "está pronta" para ir ao Supremo Tribunal Federal (STF) com uma ação "para garantir o funcionamento adequado do Conselho de Ética".

"Os processos nos Conselhos de Ética da Câmara e do Senado devem ser concluídos com agilidade.

1 1 DEZ 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

TSE garante votação eletrônica em 2016

Governo decidiu reduzir o corte da Justiça Eleitoral



O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) confirmou ontem (10) que as eleições municipais do ano que vem serão feitas com urnas eletrônicas. Segundo o tribunal, após o Congresso aprovar o projeto de lei que mudou a meta fiscal de 2015, o Ministério do Planejamento fez uma nova estimativa de receitas que garantem a votação por meio eletrônico. Com a nova meta, a Justiça Eleitoral terá R\$ 267 milhões garantidos. A equipe econômica manteve corte de R\$ 161 milhões.

No dia 3 de novembro, o tribunal informou que não teria recursos para custear a eleição com urnas eletrônicas, devido ao contingenciamento de R\$ 428 milhões do orçamento da Justiça Eleitoral para aguardar a decisão que mudaria a meta fiscal. Dessa forma, os eleitores brasileiros voltariam a escolher seus representantes pelo voto de papel. ●

11 DEZ 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Marco Aurélio diz que STF não vai fixar regras

STF

O ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse ontem (10) que a Corte não vai fixar critérios sobre procedimento de impeachment da presidente Dilma Rousseff no Congresso. O ministro também defendeu uma decisão rápida do colegiado.

O julgamento sobre a validade das atuais regras do impedimento está marcado para a próxima quarta-feira (16), dois dias antes do início do recesso de fim de ano no Judiciário, que começa na sexta-feira (18). Um pedido de vista não está descartado. Para agilizar a votação, Fachin deverá distribuir seu voto aos demais ministros 24 horas antes da sessão. ●



Marco Aurélio defende uma solução rápida

Sem habeas corpus

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) adiou, nesta quinta-feira, o julgamento sobre o habeas corpus impetrado por Rogério dos Santos Araújo, executivo da Odebrecht, detido em junho durante a Operação Lava-Jato. O relator, ministro Ribeiro Dantas, votou pela revogação da prisão, mas o ministro Felix Fischer, presidente da Quinta Turma da Corte, na qual o pedido foi analisado, solicitou vista do processo, para análise.

1 1 DEZ 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

FINANCIAMENTO

Em meio às investigações da Operação Lava Jato, o ministro Dias Toffoli, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), salientou na sessão de ontem a preocupação com o possível uso de dinheiro oriundo do narcotráfico para financiamento de campanhas nas eleições de 2016. O pleito do ano que vem será o primeiro com a proibição às empresas de doarem recursos aos candidatos.

VOTO ELETRÔNICO

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) confirmou ontem que as eleições municipais do ano que vem serão feitas com urnas eletrônicas. Segundo o tribunal, após o Congresso aprovar o projeto de lei que mudou a meta fiscal de 2015, o Ministério do Planejamento fez uma nova estimativa de receitas que garantem a votação por meio eletrônico. Com a nova meta, a Justiça Eleitoral terá R\$ 267 milhões.

SEM ATRASO

Em relação ao processo de impeachment contra Dilma, o ministro paranaense Luiz Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), espera que o debate sobre o trâmite comece e termine no próximo dia 16 na Corte, sem pedidos de vista. "O Supremo deve essa resposta à sociedade brasileira", afirmou ontem. "Vou fazer todo o esforço para que o tema comece e acabe na quarta. O Supremo precisa fazer isso e, se depender de mim, assim será. Não é conveniente postergar esse julgamento e não precisa. A situação é grave, mas não tão complexa que não se possa decidir na quarta-feira", completou Fachin.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MINISTRO DO STF NEGALIBERDADE AO EMPRESÁRIO JOSÉ CARLOS BUMLAI

O ministro Teori Zavascki, do STF, negou ontem, por motivos processuais, pedido de liberdade feito pela defesa de José Carlos Bumlai. O empresário foi preso no dia 24 de novembro, durante a Operação Passe Livre, 21ª fase da Lava Jato, por determinação do juiz federal Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal em Curitiba. Na petição, a defesa de Bumlai alegou que a prisão é ilegal, por não demonstrar provas contra ele.